

O Presidente João Figueiredo está sendo advertido por alguns auxiliares importantes de que a crise econômico-financeira brasileira tem que ser tratada politicamente e não tecnicamente, como até agora, para que seus efeitos não alcancem um grau devastadoramente perigoso sobre o tecido social e coloque em risco o projeto de abertura democrática posto em prática desde o governo Geisel.

Tratar politicamente significa alterar radicalmente a forma de enfrentar a crise. A começar pelo colossal bolo da dívida externa, que parece condicionar o comportamento de nossas autoridades econômicas. Importantes conselheiros do Presidente sustentam que só os bancos centrais dos países chamados de economias-mães poderão dar uma solução a esse problema que mostra as falhas do sistema financeiro mundial.

Para isso, o Presidente terá que se entender no nível político mais alto, isto é, com o Presidente Ronald Reagan, a quem caberia mobilizar os países ricos, através do aparelho do Estado - os Bancos Centrais - para tomar medidas que salvem o sistema financeiro internacional de uma bancarrota que está à vista de qualquer leigo de bom senso.

Quanto ao tratamento interno da crise, o Presidente precisa convocar todas as forças vivas da Nação, em particular os partidos oposicionistas para ampliar a base de sustentação política do governo e permitir a execução de um programa de salvação nacional, mas concentrando todo o esforço em fazer com que o país retome o seu desenvolvimento econômico e aumente a oferta de empregos.

Esta não é uma opinião localizada apenas em círculos oposicionistas conhecidos, mas hoje dentro do próprio governo, onde surgem círculos importantes cada vez mais inquietos com o fracasso da política econômico-financeira, que se tem revelado absolutamente incapaz de controlar o sistema financeiro e a escalada inflacionária. A tal ponto que o respeitadíssimo Ministro da Previdência Social e da Desburocratização, Hélio Beltrão, disse recentemente que acabaríamos todos comendo O.R.T.N.

O ex-Presidente Ernesto Geisel manifestou a alguns políticos que o procuraram, nos últimos dias, sua inquietação com o agravamento da situação brasilei-

ra, na mesma medida em que considera que o governo perde progressivamente o controle da situação. Para o General Geisel, um homem habituado a analisar a situação econômica brasileira, estamos às portas de uma convulsão social que poderá colocar em risco todo o projeto de abertura.

Ele, como outros políticos importantes do país, acham que a emergência da convulsão propriamente dita fechará os espaços a ponto de tornar inevitável a solução militar propriamente dita. É essa perspectiva tão pouco animadora, para um país que só recentemente saiu do absurdo e do arbitrio, que torna simplesmente bizantina a discussão sobre quem será o futuro Presidente da República.

A reformulação da estrutura dos órgãos que cuidam de tratar o doente, revela falhas para os especialistas que estão dentro do governo avaliando o quadro e dando seus conselhos ao Presidente. O Ministério do Planejamento - que o Senador Nilo Coelho já disse que nada planeja - precisa exercer o papel de um órgão de coordenação, cabendo o comando da política econômica a um colegiado que daria satisfações diretamente ao Presidente da República.

A tese de que os atuais responsáveis pela política econômica não podem ser substituídos porque estão negociando com os credores e a substituição teria péssima repercussão no sistema financeiro internacional, já não resiste à menor avaliação. Não apenas já não estão conseguindo qualquer coisa com os credores, cada vez mais inquietos, como perderam a credibilidade interna e externa.

E veja-se bem que tudo isso não está sendo dito por nenhum parlamentar oposicionista, mas por figuras de proa dentro do governo, que não apenas fazem aberturas restritas à orientação da política econômica dentro do Palácio do Planalto, como conhecem na teoria e na prática os fenômenos econômicos e sociais. A manutenção da mesma postura por parte do Presidente da República acabará nos levando a um beco sem saída interrompendo-se em consequência, o processo de liberalização do regime autoritário.